

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

41) Com base no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, são atribuições do pregoeiro, **exceto**:

- a) a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço.
- b) a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes.
- c) o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação.
- d) a homologação do resultado da licitação e a celebração do contrato.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

De acordo com o previsto no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000:

Art. 9º. As atribuições do pregoeiro incluem:

I - o credenciamento dos interessados;

II - o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos proponentes;

IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e a escolha da proposta ou do lance de menor preço;

V - a adjudicação da proposta de menor preço;

VI - a elaboração da ata;

VII - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;

VIII - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e

IX - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

Art. 7º A autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

I – determinar a abertura da licitação;

II – designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;

III – decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e

IV – homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

Fonte: BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

42) Conforme o FCA 30-3/2008, correlacione as definições abaixo.

EXPRESSÕES

- (1) Conselho de Justificação (CJ)
- (2) Conselho de Disciplina (CD)
- (3) Desaparecido
- (4) Extraviado
- (5) Agregação
- (6) Reversão

DEFINIÇÕES

- () é o ato pelo qual o militar agregado retorna ao respectivo Corpo, Quadro, Arma ou Serviço tão logo cesse o motivo que determinou a sua agregação, voltando a ocupar o lugar que lhe competir na respectiva escala numérica.
- () é considerado o militar na ativa que, no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em campanha ou em caso de calamidade pública, tiver paradeiro ignorado por mais de oito dias, sem indício de deserção.
- () procedimento administrativo destinado a julgar, através de processo especial, a incapacidade do oficial das Forças Armadas de permanecer na ativa.
- () procedimento administrativo destinado a apurar a incapacidade do aspirante ou do praça estabilizado de permanecerem na ativa.
- () é a situação na qual o militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica de seu Corpo, Quadro, Arma ou Serviço.
- () é considerado o militar que permanecer desaparecido por mais de trinta dias.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) 6 – 3 – 1 – 2 – 5 – 4
- b) 4 – 5 – 2 – 1 – 3 – 6
- c) 1 – 4 – 3 – 5 – 6 – 2
- d) 3 – 1 – 4 – 6 – 2 – 5

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

Conforme o FCA 30-3/2008 (páginas 73 a 79 – Anexo A – Glossário).

Agregação – é a situação na qual o militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica de seu Corpo, Quadro, Arma ou Serviço.

Conselho de Justificação (CJ) – procedimento administrativo destinado a julgar, através de processo especial, a incapacidade do oficial das Forças Armadas de permanecer na ativa.

Conselho de Disciplina (CD) – procedimento administrativo destinado a apurar a incapacidade do aspirante ou da praça estabilizada de permanecerem na ativa.

Desaparecido – é considerado o militar na ativa que, no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em campanha ou em caso de calamidade pública, tiver paradeiro ignorado por mais de oito dias, sem indício de deserção.

Extraviado – é considerado o militar que permanecer desaparecido por mais de trinta dias.

Reversão – é o ato pelo qual o militar agregado retorna ao respectivo Corpo, Quadro, Arma ou Serviço tão logo cesse o motivo que determinou a sua agregação, voltando a ocupar o lugar que lhe competir na respectiva escala numérica.

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Administração do Pessoal. **FCA 30-3: interpretando a Legislação de Pessoal**. Rio de Janeiro: DIRAP. 2008. 85p.

43) Leia o trecho abaixo e, com base na ICA 35-1/2013, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

A 2ª via de carta patente será concedida mediante _____, feito(a) por oficial da ativa, reserva ou reformado, à autoridade que a outorgou (DIRAP, COMGEP ou GABAER), cabendo indenização de _____ do soldo de _____, de acordo com as instruções constantes na Portaria nº 696/GC3, de 17 de setembro de 2012.

a) parte / 0,5% / Aspirante

b) ofício / 2% / Capitão

c) requerimento / 1% / Segundo-Tenente

d) memorando / 3% / Primeiro-Tenente

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

Conforme a ICA 35-1/2013, item 8.3.1:

A 2ª via de carta patente será concedida mediante requerimento, feito por oficial da ativa, reserva ou reformado, à autoridade que a outorgou (DIRAP, COMGEP ou GABAER), cabendo indenização de 1% do soldo de Segundo-Tenente, de acordo com as instruções constantes na Portaria nº 696/GC3, de 17 de setembro de 2012.

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. **ICA 35-1: Padronização de Processos Administrativos**. Rio de Janeiro: DIRAP, 2013. 139p.

44) Considerando o sistema organizacional e seu ambiente externo, correlacione os fatores que compõem o macroambiente e o microambiente, conforme obra de LACOMBE e HEILBORN.

FATORES

- (1) Científicos e tecnológicos
- (2) Regulamentadores
- (3) Demográficos
- (4) Consumidores
- (5) Concorrentes
- (6) Fornecedores
- (7) Institucionais
- (8) Econômicos
- (9) Ecológicos
- (10) Políticos
- (11) Sociais

CONCEITUAÇÕES

- () entidades que impõem controles, limites e restrições à ação da organização: governo, meios de comunicação de massa, sindicatos, associações empresariais e de classe e organizações não governamentais, por exemplo.
- () organização do sistema econômico; política econômica; produto nacional bruto e *per capita*; perfis de distribuição de riqueza; taxas inflacionárias e níveis de emprego, entre outros.
- () produzem bens ou serviços iguais, semelhantes ou sucedâneos, visando aos mesmos consumidores ou usuários; competem pelos mesmos recursos junto aos mesmos fornecedores.
- () padrões de organização e funcionamento do Estado e da sociedade civil e dos seus mecanismos de interação e regulação (inclusive a opinião pública).
- () conhecimentos acumulados pela humanidade que influenciam na maneira de realizar as tarefas e operações.
- () crescimento demográfico, densidade demográfica, distribuição espacial, composição etária e étnica, entre outros.
- () supridores de recursos: capital, mão-de-obra, materiais, equipamentos, serviços e informações, entre outros.
- () contextos de normas legais que regulamentam comportamentos individuais e coletivos.
- () tradições culturais, valores, ideologias, pressões sociais e mitos, entre outros.
- () meio ambiente físico e natural que circunda o sistema organizacional.
- () usuários dos produtos e serviços da organização.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) 6 – 2 – 8 – 1 – 10 – 4 – 3 – 11 – 9 – 7 – 5
- b) 2 – 8 – 5 – 10 – 1 – 3 – 6 – 7 – 11 – 9 – 4
- c) 9 – 11 – 7 – 4 – 3 – 1 – 10 – 5 – 8 – 2 – 6
- d) 5 – 8 – 11 – 10 – 1 – 6 – 2 – 4 – 9 – 3 – 7

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

Conforme quadro 2.1 e 2.2, página 21, da Bibliografia abaixo, temos:

FATORES QUE COMPÕEM O MACROAMBIENTE

Científicos e tecnológicos: conhecimentos acumulados pela humanidade que influenciam na maneira de realizar as tarefas e operações.

Políticos: padrões de organização e funcionamento do Estado e da sociedade civil e dos seus mecanismos de interação e regulação (inclusive a opinião pública).

Econômicos: organização do sistema econômico; política econômica; produto nacional bruto e *per capita*; perfis de distribuição de riqueza; taxas inflacionárias e níveis de emprego, entre outros.

Institucionais: contextos de normas legais que regulamentam comportamentos individuais e coletivos.

Sociais: tradições culturais, valores, ideologias, pressões sociais e mitos, entre outros.

Demográficos: crescimento demográfico, densidade demográfica, distribuição espacial, composição etária e étnica, entre outros.

Ecológicos: meio ambiente físico e natural que circunda o sistema organizacional.

FATORES QUE COMPÕEM O MICROAMBIENTE

Consumidores: usuários dos produtos e serviços da organização.

Fornecedores: supridores de recursos: capital, mão-de-obra, materiais, equipamentos, serviços e informações, entre outros.

Concorrentes: produzem bens ou serviços iguais, semelhantes ou sucedâneos, visando aos mesmos consumidores ou usuários; competem pelos mesmos recursos junto aos mesmos fornecedores.

Regulamentadores: entidades que impõem controles, limites e restrições à ação da organização: governo, meios de comunicação de massa, sindicatos, associações empresariais e de classe e organizações não governamentais, por exemplo.

Fonte: LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração: princípios e tendências**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 544p.

45) No processo de tomada de decisão, os administradores podem cometer erros comuns. Conforme obra de LACOMBE e HEILBORN, associe esses erros comuns às respectivas conceituações.

ERROS COMUNS

- (1) Não acompanhar os resultados da decisão.
- (2) Falta de auditoria do processo decisório.
- (3) Excesso de confiança no julgamento.
- (4) Condução inadequada de um grupo.
- (5) Falta de referência de controle.
- (6) Auto-engano sobre o feedback.
- (7) Uso de “atalhos” míopes.
- (8) Agir sem sistematização.
- (9) Cegueira estrutural.
- (10) Precipitação.

CONCEITUAÇÕES

- () supor que a experiência tornará suas lições automaticamente disponíveis, não manter registro sistemático para acompanhar os resultados das decisões e falhar na análise desses resultados em pontos que revelariam lições importantes.
- () começar a colher informações e chegar a conclusões sem reservar alguns minutos para pensar sobre o fundo da questão diante da qual nos encontramos ou para pensar sobre a melhor maneira de tomar decisões sobre o assunto.
- () partir para resolver o problema errado, porque foi criada uma estrutura mental para decisões, com pouco pensamento, que faz com que se descartem as melhores opções ou que se percam de vista objetivos importantes.
- () confiar de forma inapropriada em métodos empíricos, como acreditar na informação mais rapidamente disponível, ou baseada em fatos convenientes.
- () incapacidade de interpretar as evidências de acontecimentos passados pelo que elas realmente significam, geralmente para proteger o ego.
- () incapacidade de conscientemente definir o problema de mais de uma forma ou ser indevidamente influenciado pelos outros.
- () não coletar informações fatuais importantes, por acreditar de forma muito segura nas suas hipóteses e opiniões.
- () acreditar que é possível memorizar todas as informações e precipitar a decisão, fazendo a escolha sem procedimento sistemático.
- () supor que com muitas pessoas capazes envolvidas, escolhas boas são consequências inevitáveis.
- () não criar uma abordagem organizada para compreender suas próprias decisões.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- a) 6 – 2 – 8 – 1 – 10 – 4 – 3 – 5 – 9 – 7
- b) 2 – 8 – 5 – 10 – 1 – 3 – 6 – 7 – 4 – 9
- c) 9 – 6 – 7 – 4 – 3 – 1 – 10 – 5 – 2 – 8
- d) 1 – 10 – 9 – 7 – 6 – 5 – 3 – 8 – 4 – 2

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA D)

Conforme item 22.2.2, página 445, da Bibliografia abaixo, temos:

Erros comuns nas tomadas de decisão

Precipitação: começar a colher informações e chegar a conclusões sem reservar alguns minutos para pensar sobre o fundo da questão diante da qual nos encontramos ou para pensar sobre a melhor maneira de tomar decisões sobre o assunto.

Cegueira estrutural: partir para resolver o problema errado, porque foi criada uma estrutura mental para decisões, com pouco pensamento, que faz com que se descartem as melhores opções ou que se percam de vista objetivos importantes.

Falta de referência de controle: incapacidade de conscientemente definir o problema de mais de uma forma ou ser indevidamente influenciado pelos outros.

Excesso de confiança no julgamento: não coletar informações fatuais importantes, por acreditar de forma muito segura nas suas hipóteses e opiniões.

Uso de “atalhos” míopes: confiar de forma inapropriada em métodos empíricos, como acreditar na informação mais rapidamente disponível, ou baseada em fatos convenientes.

Agir sem sistematização: acreditar que é possível memorizar todas as informações e precipitar a decisão, fazendo a escolha sem procedimento sistemático.

Condução inadequada de um grupo: supor que com muitas pessoas capazes envolvidas, escolhas boas são consequências inevitáveis.

Auto-engano sobre o feedback: incapacidade de interpretar as evidências de acontecimentos passados pelo que elas realmente significam, geralmente para proteger o ego.

Não acompanhar os resultados da decisão: supor que a experiência tornará suas lições automaticamente disponíveis, e, não manter registro sistemático para acompanhar os resultados das decisões e falhar na análise desses resultados em pontos que revelariam lições importantes.

Falta de auditoria do processo decisório: não criar uma abordagem organizada para compreender suas próprias decisões.

Fonte: LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. **Administração: princípios e tendências**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 544p.

46) De acordo com a Lei 8.666/93, são modalidades de licitação, **exceto**:

- a) Convite.
- b) Concorrência.
- c) **Melhor Técnica.**
- d) Tomada de Preços.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

As alternativas “A”, “B” e “D” não atendem ao enunciado da questão pois, de acordo com o art. 22 da Lei 8.666/93, Convite, Concorrência e Tomada de Preços são consideradas Modalidades de Licitação.

A alternativa “C” está correta, atende ao enunciado da questão, pois “Melhor Técnica” é um tipo de licitação, conforme o previsto no parágrafo 1º do Art. 45 da Lei 8.666/93.

Fonte: BRASIL. Lei de Licitações. **Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

47) O Decreto nº 4.307/2002 regulamenta a reestruturação da remuneração dos militares integrantes das Forças Armadas – Marinha, Exército e Aeronáutica, no país em tempo de paz.

Com base no citado instrumento legislativo, preencha as assertivas abaixo com verdadeiro (V) ou falso (F) e, em seguida, marque a opção com a sequência correspondente.

- () Em função de futuras promoções, o militar terá assegurada a evolução dos cálculos para o pagamento definitivo do adicional de compensação orgânica incidente sobre o soldo do novo posto ou graduação, desde que, após a promoção, execute, pelo menos, um novo plano de provas ou de exercícios.
- () Em relação à gratificação de localidade especial prevista no Decreto 4.307/2002, verifica-se que o direito do militar à citada gratificação, quando for transferido, começa no dia da publicação oficial do ato que concedeu a sua movimentação e cessa no seu desligamento.
- () Dentre as atividades especiais relacionadas no Decreto 4.307/2002, para fins de percepção do adicional de compensação orgânica, podemos destacar, como atividades de tipo I, o voo em aeronave militar, como tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo e observador fotogramétrico.
- () O adicional de compensação orgânica é a parcela remuneratória devida ao militar, anualmente, para compensação de desgaste orgânico resultante do desempenho continuado das atividades discriminadas no Decreto nº 4.307/2002.
- () A gratificação de representação é devida ao militar em percentuais acumuláveis entre si.

- a) **V – F – V – F – V**
- b) V – V – F – V – F
- c) V – F – F – F – V
- d) F – F – V – F – F

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A primeira afirmativa é verdadeira. Em função de futuras promoções, o militar terá assegurada a evolução dos cálculos para o pagamento definitivo do adicional de compensação orgânica incidente sobre o soldo do novo posto ou graduação, desde que, após a promoção, execute, pelo menos, um novo plano de provas ou de exercícios. (Art. 8º do Decreto 4.307/2002).

A segunda afirmativa é falsa. A gratificação de localidade especial é tratada no art. 11 do Decreto 4.307/2002 que define o critério temporal para a percepção do mesmo, ou seja, verifica-se que o direito do militar à citada gratificação, quando for transferido, começa no dia da sua apresentação à OM de destino e cessa no seu desligamento. (Art. 11 do Decreto 4.307/2002).

A terceira afirmativa é verdadeira. Dentre as atividades especiais citadas no inciso I, do Art. 4º do Decreto 4.307/2002, para fins de percepção de compensação orgânica, podemos destacar, como atividades de tipo I, o voo em aeronave militar, como tripulante orgânico, observador meteorológico, observador aéreo e observador fotogramétrico. (Inciso I do Art. 4º do Decreto 4.307/2002).

A quarta afirmativa é falsa. O Art. 4º do Decreto 4.307/2002 define, de forma bastante cristalina, que o adicional de compensação orgânica é a parcela remuneratória devida ao militar, mensalmente, para compensação de desgaste

orgânico resultante do desempenho continuado das atividades discriminadas no citado Decreto. (Art. 4º do Decreto 4.307/2002).

A quinta afirmativa é verdadeira. Em seu Art. 14, o Decreto 4.307/2002 define que a gratificação de representação é devida ao militar em percentuais acumuláveis entre si. (Art. 14 do Decreto 4.307/2002).

Fonte: BRASIL. **Decreto nº 4.307, de 18 jul. 2002 e Medida Provisória nº 2.215/10, de 31 ago. 2001.** Lei de Remuneração dos Militares (LRM). Brasília. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

48) No âmbito do Comando da Aeronáutica, a ICA 10-1/2010 é a Instrução que tem por finalidade padronizar a elaboração de documentos oficiais, visando a sua indispensável uniformização e eficiência.

Informe se é falso (F) ou verdadeiro (V) o que se afirma abaixo sobre a Elaboração de Documentos e Atos Administrativos, de acordo com a instrução referenciada. A seguir, indique a opção com a sequência correta.

- () No impedimento do Comandante da OM, os documentos serão assinados por seu substituto legal que colocará, à esquerda do nome da autoridade substituída, a expressão “No Imp” e, a doze pontos abaixo dele, seu nome, posto e quadro, por extenso, para documentos externos, ou abreviados, para documentos internos. O cargo da autoridade e o nome da respectiva OM constarão somente sob o nome da autoridade substituída, não sendo mencionados sob o nome da autoridade substituta.
 - () Os documentos dirigidos ao CMTAER, quando não forem oriundos das organizações cujo cargo de comando, chefia ou direção corresponda ao posto de Tenente-Brigadeiro, podem, facultativamente, tramitar via cadeia de comando, dependendo do assunto demandado.
 - () Certidão é o documento pelo qual a autoridade competente, a pedido do interessado, expressa a existência ou não de um fato. Possui duração transitória, devendo constar no texto o prazo de validade do mesmo, contendo no seu texto o fim a que se destina.
 - () O texto é a parte principal do documento, sendo estruturado, de forma geral, em introdução, desenvolvimento e conclusão. O intervalo entre a ementa e o texto é de trinta pontos.
 - () O texto dos documentos, sempre que necessário, será dividido em: parágrafos, itens, alíneas e subalíneas.
- a) V – F – V – F – V
b) V – V – F – V – F
c) V – F – F – F – V
d) F – F – V – F – F

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA C)

A primeira afirmativa é verdadeira. No impedimento do Comandante da OM, os documentos serão assinados por seu substituto legal que colocará, à esquerda do nome da autoridade substituída, a expressão “No Imp” e, a doze pontos abaixo dele, seu nome, posto e quadro, por extenso, para documentos externos, ou abreviados, para documentos internos. O cargo da autoridade e o nome da respectiva OM constarão somente sob o nome da autoridade substituída, não sendo mencionados sob o nome da autoridade substituta. (alínea “c” do item 6.1.7.1 da ICA 10-1/2010).

A segunda afirmativa é falsa. Os documentos dirigidos ao CMTAER, quando não forem oriundos das organizações cujo cargo de Comando, Chefia ou Direção corresponda ao posto de Tenente-Brigadeiro, devem, obrigatoriamente, tramitar via cadeia de comando. (alínea “d” do item 6.1.4.2 da ICA 10-1/2010)

A terceira afirmativa é falsa. Declaração é o documento pelo qual a autoridade competente, a pedido do interessado, expressa a existência ou não de um fato. Possui duração transitória, devendo constar no texto o prazo de validade do mesmo, contendo em seu texto o fim a que se destina. (Item 6.2.8.1 da ICA 10-1/2010)

A quarta afirmativa é verdadeira. O texto é a parte principal do documento, sendo estruturado, de forma geral em introdução, desenvolvimento e conclusão. O intervalo entre a ementa e o texto é de trinta pontos. (Item 6.1.6.1 da ICA 10-1/2010)

A quinta afirmativa é verdadeira. O texto dos documentos, sempre que necessário, será dividido em: parágrafos, itens, alíneas e subalíneas. (Item 6.1.6.2 da ICA 10-1/2010)

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. **ICA 10-1: Correspondência e Atos Oficiais do Comando da Aeronáutica (ICAER).** Rio de Janeiro: CENDOC, 2010. 145p.

49) O FCA 30-3/2008 é o Folheto no âmbito do Comando da Aeronáutica que tem por finalidade dar conhecimento ao efetivo da sistemática adotada pela DIRAP nos assuntos de sua competência, relativos à administração do pessoal. Um dos assuntos elencados na legislação referenciada é a Medalha Militar de Tempo de Serviço que tem por finalidade recompensar os bons serviços prestados pelos oficiais e praças do COMAER.

No tocante aos tipos de Medalha Militar, qual das alternativas abaixo **não condiz** com o que preceitua o FCA 30-3/2008?

- a) 40 anos, tombac de platina com passador de platina.
- b) 30 anos, tombac dourado com passador em tombac dourado.
- c) 20 anos, tombac prateado com passador em tombac prateado.
- d) 10 anos, tombac com acabamento de bronze com passador em tombac com acabamento de bronze.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA A)

A alternativa “A” está incorreta. A Medalha Militar de Tempo de Serviço de 40 anos será em tombac dourado com passador de platina. (Item 8.33 da FCA 30-3/2008).

A alternativa “B” está correta. A Medalha Militar de Tempo de Serviço de 30 anos será em tombac dourado com passador em tombac dourado. (Item 8.33 da FCA 30-3/2008).

A alternativa “C” está correta. A Medalha Militar de Tempo de Serviço de 20 anos será em tombac prateado com passador em tombac prateado. (Item 8.33 da FCA 30-3/2008).

A alternativa “D” está correta. A Medalha Militar de Tempo de Serviço de 10 anos será em tombac com acabamento de bronze com passador em tombac com acabamento de bronze. (Item 8.33 da FCA 30-3/2008).

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Diretoria de Administração do Pessoal. **FCA 30-3:** Interpretando a Legislação de Pessoal. Rio de Janeiro: DIRAP, 2008. 85p.

50) A ICA 35-1/2013 é a Instrução que tem por finalidade disciplinar os prazos, a elaboração, a tramitação e a execução dos processos administrativos a serem encaminhados à DIRAP. Dentre esses processos encontra-se o apostilamento de Carta Patente, que é o diploma conferido ao oficial por ocasião da sua promoção ou nomeação aos respectivos postos iniciais de cada círculo hierárquico.

Baseando-se no que preceitua a Instrução supramencionada, aponte, dentre os casos abaixo, o único que **não** seria motivo para se efetuar o apostilamento em Carta Patente.

a) Alterações de situação na inatividade.

b) Licença para tratar de interesse particular.

c) Correção de grafia de nome, por ato administrativo.

d) Retificação de nome em razão de cumprimento de decisão judicial ou por matrimônio.

JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA CORRETA: (LETRA B)

A alternativa “A” está incorreta, pois não atende ao enunciado da questão, visto que alterações de situação na inatividade é um caso previsto para o apostilamento em Carta Patente. (Alínea “d” do item 8.2.3 da ICA 35-1/2013).

A alternativa “B” está correta, pois atende ao enunciado da questão, visto que licença para tratar de interesse particular não é um caso previsto para o apostilamento em Carta Patente. (Item 8.2.3 da ICA 35-1/2013).

A alternativa “C” está incorreta, pois não atende ao enunciado da questão, visto que correção de grafia de nome, por ato administrativo é um caso previsto para o apostilamento em Carta Patente. (Alínea “g” do item 8.2.3 da ICA 35-1/2013).

A alternativa “D” está incorreta, pois não atende ao enunciado da questão, visto que retificação de nome em razão de cumprimento de decisão judicial ou por matrimônio é um caso previsto para o apostilamento em Carta Patente. (Alínea “f” do item 8.2.3 da ICA 35-1/2013).

Fonte: BRASIL. Comando da Aeronáutica. Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica. **ICA 35-1:** Padronização de Processos Administrativos. Rio de Janeiro: DIRAP, 2013. 139p.